

## **37º Encontro Anual da ANPOCS**

**SPG 16 – Dilemas éticos e dificuldades operacionais: como etnografar práticas e pensamentos moralmente condenáveis?**

**Título do trabalho: Etnografando o varejo do tráfico de drogas na Região Metropolitana de Goiânia: dificuldades e entraves no processo da pesquisa**

**Autor: Guilherme Borges da Silva<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e membro do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI).

## INTRODUÇÃO

Estudar o mercado ilegal das drogas em varejo no Brasil não é nenhuma novidade. Desde os anos de 1970 começaram a surgir estudos e pesquisas em busca de compreender esse fenômeno social que é apontado por diversas representações como o principal indicador responsável pelo crescimento e alastramento da criminalidade violenta nas cidades brasileiras. Estes estudos se concentraram em regiões economicamente centrais e de grande repercussão midiática, lugares onde foi possível identificar o domínio da comercialização de drogas por alguns grupos criminosos bem estruturados sobre parte de territórios dessas cidades, principalmente os territórios de pobreza.

As representações que se construíram a respeito do tráfico de drogas nessas cidades se disseminaram por todo tecido social brasileiro. Assim, a imagem do tráfico de drogas, divulgada pelas mídias e internalizada pelo senso comum, concebeu este mercado como uma atividade criminosa bem organizada e de estrutura hierárquica altamente rígida e definida, em que os conflitos por territórios de comercialização e os papéis que demandam alto rigor de virilidade seriam, junto com a ilegalidade e criminalização da mercadoria, os principais fatores que demandariam o uso da violência como meio regulamentador.

Entretanto, é necessário compreender que a própria lógica que constitui a criminalidade urbana varia no tempo e no espaço. Em outras palavras, é preciso levar em consideração que o processo social em que emerge os mercados ilícitos, no caso o mercado das drogas, surge em momentos históricos distintos e a partir de contextos sociais específicos e, por conseguinte, ganham os seus contornos também particulares. Apesar do tráfico de drogas não ser mais um fenômeno recente nas investigações das Ciências Sociais brasileira, analisá-lo na Região Metropolitana de Goiânia foi uma ação inédita, era uma incógnita ainda a ser elucidada.

Partindo dessa premissa, também acredita-se de que, ao estudar esse fenômeno em um contexto social novo, é necessário criar outros mecanismos a partir das especificidades que o campo lhe proporciona. Por mais que exista traços em comum entre os ilegalismos nos mais diversos contextos sociais, as especificidades surgem dos caminhos utilizados pelos indivíduos para o sucesso do empreendimento ilícito e que, ao juntar com a criminalidade comum urbana, ganham os contornos particulares. Assim, cabe ao pesquisador buscar as melhores estratégias para conseguir desvendar, estudar e analisar essa universo desconhecido pela grande maioria da sociedade.

Em seu conjunto de ensaios “Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais” (1999), Becker afirma sobre sua preferência por um “modelo artesanal de pesquisa, no qual cada cientista produz as teorias e os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito” e, ainda mais, coloca que “os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo” (BECKER, 1999: 12). Além disso, diz que:

Surgem outros problemas na implementação desses métodos, problemas que não podem ser reduzidos desse modo, problemas que envolvem a própria interação do pesquisador com aqueles que estuda, ou do pesquisador com os seus colegas e assistentes, que derivam do contexto social no qual qualquer operação de pesquisa tem seu lugar. Estes problemas são igualmente permeáveis à análise, mas a análise não deve confiar apenas na lógica da análise de variáveis ou na teoria da probabilidade e abordagens similares. Deve, ao invés disso, incorporar as descobertas da própria sociologia, tomando os aspectos sociológicos e interacionais do método parte do material submetido à revisão analítica e lógica. Podemos chamar tal enfoque para a metodologia de sociológico. (BECKER, 199; 28)

O enfoque dado por Becker propõe esse esquema de que o conhecimento adquirido pelo sociólogo se dá nessa relação cotidiana com o objeto em estudo. Deve-se, portanto, partir do ponto de vista dos atores estudados para atentar sobre o sentido que eles atribuem às situações

vivenciadas e aos símbolos que os circundam e que dão forma àquilo que constroem seu mundo social. O método etnográfico é visto por Becker como aquele que melhor permite analisar as práticas dos membros em suas atividades concretas e revela regras e procedimentos pelos quais os atores interpretam sua realidade social. Além disso, segundo Minayo e Sanches (1993), ajuda na compreensão das “camadas mais profundas no que se refere ao mundo dos símbolos, dos significados, da subjetividade e da intencionalidade” (MINAYO; SANCHES, 1993; p. 245).

Assim, a observação, as entrevistas e a descrição – que compõem a perspectiva etnográfica – são as principais ferramentas desse modelo de pesquisa. E cabe ao pesquisador se tornar sensível às sutilezas que encontra no campo de investigação, precisando estar compassível para rever concepções e conceitos que esse “mundo” a ser investigado tem a dizer. É a relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados que permite que as dúvidas se esvaíam, descontroem certezas e levantam outras questões. A sensibilidade do pesquisador em campo tem que atentar para os detalhes, as palavras não ditas, os olhares disfarçados e, até mesmo, para um tom de voz mais brando etc.

Pais (2003) afirma que nesse modelo de pesquisa “o esforço de teorização aparece indissociável da prática de pesquisa”, dado pela “necessidade em dar resposta a dilemas e interrogações concretas que desafiam a imaginação sociológica” (PAIS, 2003, p. 41).

Como esse modelo de pesquisa apresenta dificuldades e entraves para o pesquisador, Becker (1999) diz sobre a necessidade de deixar explícito os resultados negativos com a qual a pesquisa se depara, é preciso mostrar todas as dificuldades e os (des)caminhos pelo qual o pesquisador percorreu. Isto é, alerta que o pesquisador não deve encobrir as barreiras e as dificuldades encontradas em campo e mostrar apenas o que deu certo. É função do sociólogo deixar claro todo andamento da pesquisa para aqueles que não participaram dela, por meio de uma descrição sistemática de todos os passos do processo.

Diante disso, o presente *paper* pretende demonstrar os processos de elaboração da pesquisa e as dificuldades e os entraves que surgiram, até o presente momento, na produção da dissertação "Mercado ilegal das drogas na Região Metropolitana de Goiânia: dinâmica, configuração e criminalidade violenta".

## **A DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

O primeiro dilema encontrado ocorreu ainda no processo de elaboração da pesquisa, na definição do objeto de estudo. Não é tarefa simples explicar e convencer os familiares e amigos que seu objeto de estudo lida diretamente com traficantes, essa figura tão perversa e demonizada cotidianamente nos noticiários. Evidentemente foi e é necessário criar uma série de mecanismos para tentar amenizar e evitar qualquer risco que este tipo de pesquisa pode proporcionar, afinal os mercados criminalizados utilizam de outros meios de regulamentação que não os legais, e um desses meios é o recurso da violência.

Por mais que estivesse próximo de indivíduos que participam da comercialização de drogas, nunca tive real conhecimento sobre as atividades ilegais que eles praticavam. Apesar desses indivíduos serem familiares ao meu cotidiano, as práticas construídas por eles me apresentavam como desconhecidas. Seguindo os passos de Gilberto Velho:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido (VELHO, 1987; p.126).

O desconhecimento das práticas dos indivíduos atuantes no mercado em varejo do tráfico de drogas provocou uma dupla sensação. De um lado, alimentou a curiosidade investigativa em busca de desvendar, desmiuçar e compreender os arranjos construídos, as estratégias utilizadas, os significados e

as normas compartilhados pelos sujeitos que fazem parte desse mercado. Por outro lado, gerou medo de não conseguir acessar de forma profunda as informações necessárias para a construção da pesquisa. Afinal, conviver com esses sujeitos no cotidiano é uma coisa, outra é querer entender as atividades que realizam e que normalmente procuram encobrir.

Compreendemos o tráfico de drogas como um processo formado por atores que estão conectados em redes e, são essas conexões, que modelam estruturas de funcionamento do tráfico de drogas. As redes criam normas próprias, constatada desde os motivos de inserção de indivíduos, nas dinâmicas e estratégias construídas pelos atores para operacionalizar as comercializações, nas formas em que acessam as mercadorias e as distribuem e, também, nos modos utilizados nas resoluções de conflitos que surgem no cotidiano de suas atividades criminais.

As redes acompanhadas para o desenvolvimento da pesquisa são compostas em sua grande maioria por homens de 15 a 30 anos moradores tanto das periferias quanto de bairros nobres. A partir do momento em que percorri os caminhos das distintas redes as respostas foram brotando e o campo se tornando cada vez mais esclarecedor. Seriam essas diversas conexões dos atores em redes, em alguns casos algumas redes com estruturas mais complexas e com certo tipo de ligação e subordinação entre os atores e outras redes que possuíam uma estrutura mais dinâmica e autônoma entre os envolvidos, que formam alguns padrões de comercialização e de resolução de conflitos.

A compreensão analítica que a pesquisa adotou como traficante foi aquele indivíduo que pratica a atividade criminalizada segundo o código penal brasileiro, seja com o objetivo de obter status e poder econômico ou, até mesmo, aqueles indivíduos, dependente químico ou não, que apenas revendem os entorpecentes com a finalidade de adquirir a droga para o uso pessoal. Entende-se que, independentemente da motivação, é fundamental pensar esses dois caminhos, pois corrobora no diagnóstico das especificidades construídas pelas redes de comercialização e distribuição das drogas.

Por mais que seja importante ter uma compreensão sobre toda dinâmica do mercado ilegal das drogas, a pesquisa caminhou em direção a analisar o varejo do tráfico. Apesar dessa escolha, não estamos afirmando que Goiás não esteja na rota do narcotráfico de modo mais amplo, pois notícias mais recentes têm mostrado apreensões de grandes quantidades de drogas pela polícia federal e civil goiana, o que caracteriza o atacado desse mercado. Por isso, pode-se afirmar que existe certo nível de organização nessa intermediação entre os grandes fornecedores e o mercado consumidor da Região Metropolitana de Goiânia, mas pouco representativo da dimensão que tem o tráfico internacional de entorpecentes.

O varejo das drogas é a faceta mais visível desse mercado, pois sua ação está na ordem do dia, nos bairros, nas praças, bares, festas etc. Essa dimensão do tráfico de drogas é justamente a parte acusada, tanto pela mídia quanto pela polícia, pelo crescimento da violência, pois o seu percurso, que vai da trajetória da fonte ao consumidor, se mostra marcado por subornos, ocultações, ameaças de morte ou até mesmo o assassinato de pessoas que nele se envolvem.

## **A EXPLORAÇÃO DE CAMPO E AS PRIMEIRAS MEDIDAS ADOTAS**

Antes mesmo de entrar no mestrado, ainda na graduação, procurei fazer uma exploração de campo na intenção de perceber as dificuldades iniciais que teria em acessar esses indivíduos e de que forma poderia conseguir as informações para a elaboração da pesquisa.

Por partir da perspectiva das redes sociais para se chegar às respostas desejadas, foi fundamental ter nas minhas próprias redes de amizade e de conhecidos pessoas que estão envolvidas diretamente com a comercialização de entorpecentes. Acredita-se que isso permitiu um atalho em busca de conquistar a confiança dos sujeitos pesquisados, a relação estabelecida

anteriormente à pesquisa fez com que o estudo não se construísse entre estranhos.

Dessa forma, após conversas com amigos pessoais envolvidos nesse mercado, ficou claro que a ilegalidade do empreendimento investigado e a forma como os sujeitos procuram encobrir essas práticas criariam dificuldades e, até mesmo, poderia impossibilitar a pesquisa caso as entrevistas ocorressem por meios formais e/ou por aplicação de questionário, visto que seriam mal vistas e provavelmente recusadas. Mais ainda, ao invés de permitir uma maior acessibilidade às informações dos sujeitos, a formalidade dos recursos investigativos poderia comprometer no afastamento dos informantes e, também, na naturalidade dos depoimentos a serem colhidos.

Pelo fato dos sujeitos pesquisados atuarem em práticas criminalizadas, ficou certo de que a pesquisa deveria ocorrer sem registros de gravação e sem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelos informantes, apenas a utilização do caderno de campo. Apesar disso, em todo momento da pesquisa os sujeitos investigados estiveram cientes sobre as pretensões do estudo.

Retornando ao pensamento anterior, a decisão por esses meios de investigação também decorreu justamente em vista de garantir o anonimato dos sujeitos pesquisados, pois qualquer fala comprometedora poderia ser utilizada como prova jurídica contra eles devido às práticas ilegais em que atuam. Da mesma forma, o anonimato dos entrevistados se deveu à própria segurança do pesquisador pela delicadeza do objeto em questão. Assim, preservar os nomes dos sujeitos investigados, além de garantir maior seguridade às duas partes, possibilitou uma maior confiança na relação pesquisador e informante, mesmo existindo, em alguns casos, uma relação de amizade anterior à pesquisa.

Porém a aproximação entre pesquisador e pesquisado anterior à pesquisa desvendou uma preocupação por parte dos entrevistados, percebeu-se, em alguns casos, apenas com indivíduos de classe média, a tentativa de afirmar a todo momento que praticam atividades ilegais, mas não eram indivíduos maus. Criou-se a necessidade, principalmente devido a aproximação,



de construir e propagar a imagem de forma que eu não os enxergasse como “bandidos”. Afinal, “bandidos” para eles são pessoas más e que utilizam da violência para garantir o sucesso do empreendimento. Essa necessidade de não ser ‘bandido’ se aproxima daquilo que Machado da Silva e Leite (2008) chamam de “limpeza moral”, num esforço para retirar o rótulo de bandido ou potencial bandido.

Na outra ponta, entre os sujeitos pesquisados da periferia, muitos em suas falas se automeavam de “bandidos”. Ser “bandido” para eles é algo mais frequente, independente de utilizar violência ou não, que passa pelo processo de criminalização da pobreza e da “sujeição criminal”.

Mesmo tendo uma rede de conhecidos e amigos inseridos nesse mercado, houve uma dificuldade inicial em conseguir informações. Muitos alegavam que não poderiam dar informações comprometedoras, pois correriam riscos se as informações prejudicasse alguém. Então, foi preciso esclarecer que o interesse da pesquisa era outro, que o interesse não estava nos sujeitos em si, mas nas atividades ilegais das quais praticavam. Além disso, deixou-se claro a todo momento que a investigação não possuía caráter pociresco e nem denunciata e que a única finalidade era compreender a dinâmica em que se operacionaliza o tráfico de drogas na Região Metropolitana de Goiânia a partir de redes sociais específicas de comercialização.

## **AS BARREIRAS COM O COMITÊ DE ÉTICA**

Quando a pesquisa foi apresentada ao comitê de ética alguns problemas foram colocados. O primeiro deles foi ao pedir a suspensão do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), pois, como já foi escrito, o anonimato dos sujeitos pesquisados é fundamental para preservá-los e aliviá-los de qualquer problema jurídico, pois suas atividades são juridicamente criminalizadas. E, além disso, poderia prejudicar a relação de confiança

necessária entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados para o sucesso do estudo.

Dessa forma, foi necessário criar diversos documentos justificando o pedido de suspensão do TCLE. Colocando em papel todos os passos da pesquisa, como dariam as abordagens dos indivíduos, onde elas ocorreriam, quais as medidas adotadas para garantir a segurança do pesquisador, quais os procedimentos utilizados para preservar o anonimato dos sujeitos e que comprovasse a ciência dos participantes na pesquisa.

Todos esses dilemas colocados, por mais importantes que sejam, não possuem respostas prontas. Não é possível colocar em papel cada um desses procedimentos de forma conclusiva, pois não existe um roteiro que antecede ao campo de pesquisa. Isto é, esses dilemas são redefinidos a todo momento no processo da pesquisa, pois etnografar redes de indivíduos, ainda mais de indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas, é um procedimento que vai ganhando a cada instante contornos diferentes.

Dessa forma, foram múltiplas as estratégias adotadas em busca de obter as informações e apenas as dificuldades em campo que possibilita o pesquisador a adotar táticas visando atingir os fins almejados. Em diversos momentos da pesquisa teve-se que interromper conversas, mudar estratégias, percorrer outros caminhos que não estavam nos planos, arranjar novos informantes etc.

Da mesma forma, torna-se impossível delimitar o local de investigação quando as atividades realizadas pelas redes percorrem os fluxos de venda e distribuição das drogas. As redes construídas são dinâmicas e fluidas, fazem e desfazem facilmente e, além disso, se fragmentam e se reconstróem. Por isso, as respostas dada ao comitê de ética foram vagas e não conseguiram corresponder a realidade que o campo pede.

O próprio entendimento mais amplo a respeito dos bastidores do campo de pesquisa só pode ser feito ao final do desenvolvimento do estudo, momento este que o pesquisador terá maior bagagem e tempo de reflexão sobre todos os

dilemas e dificuldades encontrados e os procedimentos que tiveram que ser adotados.

Resultado das questões colocadas pelo Comitê de Ética, a pesquisa ainda está sendo avaliada e um último documento visando a segurança do pesquisador e dos sujeitos pesquisados foi entregue. Espera-se que este seja o último apontamento colocado e que até o fim da pesquisa tudo seja devidamente regularizado.

Independente da autorização do Comitê de Ética, justamente por utilizar meios informais de investigação e pelos sujeitos pesquisados fazerem parte do meu círculo de amigos e conhecidos boa parte da pesquisa já estava encaminhada de forma indireta. O que mudou é que depois de começar a pesquisa eu fazia mais perguntas e queria descobrir o que estava por trás daquelas atividades praticadas por eles que apesar de próximas me eram desconhecidas.

## **ETNOGRAFANDO MERCADOS CRIMINALIZADOS**

Seguindo os escritos de Becker (1999), o modelo etnográfico deve levar em consideração o ponto de vista dos atores. Mas como aplicar esse método quando os sujeitos pesquisados praticam atividades criminalizadas em um mercado também criminalizado? De que forma o pesquisador acessa o “mundo” desses sujeitos e de suas práticas?

Desde o início acreditou-se na impossibilidade de uma imersão pura como propõem as etnografias clássicas, pelo fato dessas terem como um de seus elementos centrais a participação do pesquisador no cotidiano dos nativos, comportando-se e compartilhando das mesmas experiências, aproximando-se da realidade a ser investigada.

Quando a ideia de imersão do pesquisador em objetos de práticas criminosas foi utilizada em estudos nas Ciências Sociais, colocaram-se

problemas éticos irreversíveis. Afinal, ao participarem de tais atividades criminalizadas, os pesquisadores poderiam ser julgados e condenados pelas mesmas práticas como qualquer um de seus informantes, mas, acreditava-se que, assim, haveria maior aceitabilidade pelos sujeitos do grupo em questão.

Luic Wacquant, em seu livro *Carnal Sociology* (2004), ao pesquisar um grupo de boxeadores negros habitantes de um gueto norte americano, afirma que a melhor maneira de se chegar ao objeto é por meio de uma imersão iniciatória e, logo depois, uma conversão do pesquisador ao contexto e ao cotidiano dos sujeitos pesquisados para assim compreender as suas reais práticas. Pois isto, “permite que o sociólogo se aproprie na e pela prática dos esquemas cognitivos, estéticos e éticos que aqueles que habitam este cosmos executam nas suas ações cotidianas” (WACQUANT, 2004: 8)

Seguindo a linha teórica de Wacquant, Jeff Ferrell e Mark S. Hamm, no trabalho intitulado “Ethnography at the edge : crime, deviance, and field research” (1998), propuseram pesquisar gangues norte-americana e latino-americana por meio da aproximação com os sujeitos estudados e, posteriormente, incorporarem da cultura do outro. Segundo Katherine Irwin:

Atirando-se para o campo, corpo e alma, já não é apenas uma instância de investigação válido, mas dá o tom para a excelência do pesquisador. No entanto, este corpo de imersão completa e emocional não foi sempre celebrada. Etnógrafos da primeira e da segunda Escola de Chicago usaram para tentar evitar "excesso de informação" e distorção tentando encontrar um equilíbrio entre o envolvimento empático e compromisso total com os membros do campo. O caso do envolvimento íntimo veio nos últimos anos sessenta e setenta, quando etnógrafos existencialistas argumentaram que para a imersão completa era necessário penetrar fronteiras (Goffman) para mergulhar sob a superfície das histórias (Douglas e Johnson) e compreender o mundo real da mesma forma que um ator experimenta. Com o tempo, em vez de serem criticados por seu superenvolvimento, os pesquisadores profundamente imerso em seu ambiente foram saudados como ter melhores dados e interpretações muito mais complexas e sofisticadas sobre seus súditos. Provavelmente a mais poderosa declaração em favor de imersão completa no campo é a etnografia na bordada da Ferrell e Hamm, onde argumenta-se que a partilha dos "prazeres e perigos"

de um ambiente pode fornecer uma imagem mais precisa das realidades onde ocorrer culturas crime e desviante. (IRWIN, 2007, 135)

Contrariando essa perspectiva da imersão por parte do pesquisador, Alba Zaluar (2009) coloca que as pesquisas que se enveredam em estudar comportamentos criminosos por meio da realidade dos atores que a constroem não pode se dar puramente pela observação participante, pois:

Além de todos os problemas práticos e éticos aos quais a inserção na sociedade estudada pode levar, esta inclusão, em última análise, significaria negar o lugar do observador e, portanto, qualquer objetividade. Ficaria apenas a participação no binômio da observação participante. (ZALUAR,2009; 563)

Assim, a saída mais pertinente é utilizar uma estratégia onde pudesse fazer o exercício de aproximar e distanciar do “mundo” dos sujeitos atuantes no tráfico de drogas, até mesmo porque a passagem de um lado para o outro não é tão rigoroso quanto se imagina, são fronteiras tênues que separa esses “dois mundos”. Afinal, as múltiplas e complexas redes sociais que se formam pela teia dos ilegalismos se desenvolvem utilizando estratégias legais e ilegais, estratégias essas que relacionam “mundos’ que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si” (MISSE, 1997, p.02).

Em busca de entender os arranjos do mercado informal e ilegal das drogas em varejo, Michel Misse (1997) descreve a preferencial criminalização dessa modalidade de crime. Argumenta que há mercados informais para os quais se reserva o peso preferencial da criminalização, os “ilegais”. Sua análise sugere ainda que o comércio de drogas sofre a criminalização preferencial dentro do quadro dos mercados “ilegais”. Além disso, esse mercado é visto como duplamente informal por ser necessariamente um mercado informal de trabalho, porque a criminalização das mercadorias que ele produz ou vende o alivia da possibilidade de qualquer regulamentação formal das relações de

trabalho e das obrigações tributárias e sociais, além de ser um mercado de circulação de mercadorias ilícitas, cuja atividade é, em si mesmo, criminalizada.

Apesar de outros crimes, como a falsificação de CDs e DVDs, serem até mais vistos no cotidiano das cidades, percebe-se que a própria sociedade separa e distingue o que pode e o que não pode ser tolerado numa relação de troca (MISSE, 1997).

Dessa forma, seguindo os passos de Alba Zaluar, optou-se por fazer uma “viagem propositada”. Esse modelo propõe que o cientista social:

[...] como viajante procura conhecer previamente o seu campo e se prepara como pode para ele. Não que surpresas estejam suprimidas, mas "saber entrar" e "saber sair" são procedimentos fundamentais [...] [...] permanecendo outro e conhecendo o nativo para conhecer-se melhor na diferença. Participar e observar, ser de lá e estar cá, registrar lá e escrever cá [...] (ZALUAR, 2009; 566).

O texto escrito pelo cientista social seria uma ponte entre os “dois mundos”. Cabe a ele observar, interpretar e descrever para os que não pertencem àquele universo as situações vivenciadas nesse outro lado obscuro pelas conjunturas de ilegalidade que emergem em suas práticas cotidianas. Ou seja, o objetivo então nesse modelo de pesquisa é desfazer construções simbólicas, principalmente aquelas enviesadas por padrões midiáticos, e iluminar as relações vivenciadas por esses outros sujeitos a partir de suas próprias falas e de suas rotinas.

Foram as “viagens propositadas” no cotidiano dos sujeitos estudados que corroborou para a criação de estratégias e, até mesmo, de uma própria malícia para atingir os fins almejados. Afinal, são muitos os problemas e dificuldades encontrados em campo, pois só de estudar grupos à margem da lei, que enfrentam perseguição policial e problemas com a justiça, diversos riscos e problemas surgem e que não estão dentro da previsão do pesquisador, porque a “arte de se relacionar e a criatividade em fazer as perguntas certas a pessoas

certas não se aprende em textos acadêmicos, mas na experiência vivida” (ZALUAR, 2009; 568).

## **ETNOGRAFANDO O TRÁFICO DE DROGAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

A primeira medida adotada para a realização da pesquisa foi conversar e acompanhar os amigos e conhecidos que atuam na comercialização de entorpecentes na Região Metropolitana de Goiânia, tanto amigos e conhecidos moradores da periferia quanto de bairros nobres. Diferentemente de muitos locais estudados, aqui o tráfico de drogas apresenta uma dinâmica bem mais flexível de comercialização.

Assim, bem próximo do que foi encontrado por Saporì, Sena e Silva (2012) ao desenvolver a pesquisa sobre o mercado do crack em Belo Horizonte, podemos perceber na Região Metropolitana de Goiânia duas estruturas mais evidentes de redes de comercialização de drogas no varejo: as Redes de Bocas e as Redes de Empreendedores. A primeira é formada por conexões mais amplas e que está referenciada a um local, quase sempre uma casa, e teria uma hierarquia de mando centralizada em torno de um indivíduo e com a distribuição de atividades entre os atores que trabalham nessa dinâmica.

Embora os atores que atuam nas Redes de Bocas possuam um local fixo de venda, a maior parte dinamizam a comercialização das mercadorias ao percorrerem outros locais – ruas, festas, bares, praças etc – para conquistarem novos clientes e aumentarem os ganhos. Essa dinâmica mais autônoma das Redes de Bocas muito se aproxima da segunda estrutura de rede de comercialização, porém esses atores continuam obedecendo a uma hierarquia de mando que pode ser constatada pelas divisões de tarefas durante as transações econômicas e nas relações mais impessoais com os clientes.

A segunda estrutura, nomeada Redes de Empreendedores, apresenta uma dinâmica descentralizada de comercialização de drogas em que os atores

agem autonomamente e não estão fixados a um lugar específico, porém podem vender também em casa ou no local de trabalho, e as transações ocorrem quase sempre entre as redes de amigades e conhecidos dos traficantes, o que chama atenção para um dos elementos mais relevantes para se compreender a dinâmica das Redes de Empreendedores: as relações de confiança.

Essas duas estruturas de redes de comercialização, segundo Lucia Lamounier Sena (2011), estariam relacionadas diretamente com o local onde elas operam. As Redes de Bocas perpetuariam nas áreas mais pobres da cidade, pois essas áreas, segundo Sena (2011), apresentam indicadores sociais mínimos e com alta taxa de desemprego, com condições precárias de habitação e menor presença do Estado e, por isso, possibilitaria essa área abrigar um poder centralizado do tráfico.

Já o segundo modelo, as Redes de Empreendedores, mesmo com o seu dinamismo, parece concentrar entre regiões medianas e nobres da cidade, e os atores que atuam nessa estrutura normalmente possuem alguma atividade remunerada legal, escolaridade média e a família apresenta uma estrutura regular.

Além de formar modelos específicos de comercialização a partir da dimensão socioespacial, essa perspectiva também se mostrou fundamental na compreensão do porque os efeitos violentos se concentram principalmente nas redes encontradas nas áreas mais pobres. Esses efeitos violentos estão ligados diretamente com os tipos de drogas vendidas, às formas mais intensas de resolução de conflitos, a maior possibilidade de acesso às mercadorias políticas, a uma cultural de criminalização da pobreza e de sujeição criminal.

Poucas foram as vezes que pode-se acompanhar o funcionamento de uma boca-de-fumo, pois a maior parte do tráfico de drogas na Região Metropolitana de Goiânia apresenta um dinamismo que pulveriza a comercialização e a distribuição dos entorpecentes. Tanto os donos-de-bocas e empreendedores individuais evitam as vendas em locais fixos, utilizando suas casas mais como espaço de armazenagem e refinamento das drogas, pois hoje a “boca” chama muita atenção da vizinhança e, logo, da polícia. Dessa forma,



eles criaram outras estratégias de venda, desde as entregas por moto-táxi, adolescentes, moradores de rua, pedintes em semáforo etc.

O dinamismo do tráfico de drogas gerou a necessidade de tomar algumas estratégias para atingir os objetivos da pesquisa. No processo de pesquisa, tentando apurar melhor as negociações, começou-se a participar mais ativamente, acompanhado pelos sujeitos da pesquisa, de festas, bares e praças onde a venda e entrega de drogas ocorrem com mais frequência.

Entre as festas que participei para acompanhar a venda, entrega e uso das drogas, a primeira foi uma realizada por uma torcida organizada de um time goiano, onde presenciei a entrega de boa quantidade de maconha, normalmente comprada em conjunto por grupos de pessoas. Nessa festa, acompanhado por um dos informantes, ele dizia que a maconha é um elemento fundamental na organização da festa. Além disso, como existe certa quantidade de membros da torcida que traficam por meio de redes de empreendedores, o fornecedor de drogas da festa era quase sempre o mesmo, pois existe uma teia de relações que vinculam os indivíduos a um mesmo grupo de pertencimento e, conseqüentemente, ao mesmo fornecedor das drogas.

Além dessa, participei de outra festa na periferia realizada num “puteiro”, o dono do estabelecimento encomendava as drogas com um dos informantes da pesquisa que é dono de uma boca. Como ele estava devendo uma quantidade alta para o informante, eles negociaram uma festa em que a casa de show ficaria fechada para o traficante e seus convidados. Os convidados eram os sujeitos que trabalhavam para ele e, também, os compradores de mais tempo e que mantinha uma relação de amizade com o informante. Assim, para minha surpresa, fui convidado para a festa, não apenas para desenvolver a pesquisa, segundo o informante, eu teria que ir também para aproveitar e me divertir.

A festa serviria para quitar a dívida entre fornecedor e comprador. Pude acompanhar toda essa negociação e que finalizou com o acerto de que as dívidas não poderiam chegar mais naqueles valores. O informante disse que não utiliza de recurso de violência justamente para evitar qualquer problemas

com a polícia, seja por *bater de frente* ou ter que *molhar as mãos* deles para silenciar e evitar problemas mais graves com a justiça.

Visando a segurança, mesmo sabendo de vários casos de suborno e proteção de traficantes pela polícia, não buscamos informações com os próprios agentes de segurança pública que vendem a sua força de trabalho para dar proteção ou fazer vista grossa aos empreendimentos ilícitos. Essa decisão foi tomada em decorrência do histórico de violência que existe a respeito da polícia goiana, com diversos casos noticiados de abordagens policiais violentas, inclusive desaparecimentos e mortes de pessoas, e a criação de grupos de extermínios.

Outro tipo de festa que virou mania na Região Metropolitana de Goiânia são as *afters*. As *afters* são festas que ocorrem após uma outra festa mais ampla e aberta ao público. Normalmente as *afters* acontecem em algum motel ou uma casa e é fechado para um grupo de 15 a 30 pessoas que utilizam esses espaços tanto para paquerar, fazer sexo quanto para o uso de drogas. Em duas ocasiões que participei com os informantes, uma vez num motel e outra numa casa, fiquei surpreso com a estrutura e a organização. A *after* realizada no motel foi planejada por indivíduos de classe média e a *after* numa casa foi organizada por indivíduos da periferia, apresentando alguns traços diferenciados e outros comuns.

A *after* no motel tinha o preço de 130 reais, continha no pacote o acesso às bebidas, ao churrasco e às drogas. Fiquei surpreso quando me deparei com a mesa onde estavam as bebidas e as drogas. Muito parecido com festas infantis, em que existe aquela mesa de doces a serviço dos convidados, a mesa da *after* estava repleta de bebidas – whisky, vodka, energético, cerveja, refrigerante e água – e algumas drogas – maconha, cocaína e ecstasy – e ficavam disponíveis para quem quisesse usar.

Já na outra *after*, organizada na periferia, o valor era apenas de 30 reais e estavam inclusos apenas a cerveja e os petiscos. Contudo, o informante que eu acompanhava foi mais do que se divertir, foi também vender as drogas no local. Assim, pude acompanhar quando ele vendeu principalmente a *branquinha*

(cocaína), *papel* (LSD) e o capim maluco ou boldinho (maconha). Como a festa é fechada para as pessoas pertencentes a rede de amizade do organizador, todos já sabiam quem era que comercializava as drogas e, por isso, os pedidos e encomendas já tinham sido realizados anteriormente à festa.

Além de participar das festas com os informantes, acompanhei a comercialização em bares e praças. Nesses locais pude perceber mais nitidamente as diferenças entre as Redes de Bocas e as Redes de Empreendedores. Em alguns momentos presenciei situações delicadas, pois os informantes estavam carregando consigo as drogas que iriam vender e percebi os riscos mais evidentes pela presença próxima de policiais. Assim, eles tomam algumas medidas para evitar qualquer problema de fiscalização, os informantes iam para esses locais bastante movimentados ou de ônibus ou de táxi, evitando principalmente cair numa blitz e serem pegos. Além disso, muitas vezes, quando a encomenda era certa, despachavam as drogas por meio de moto-taxistas que faziam as entregas.

Algumas vezes nos bares e praças fiquei horas e mais horas esperando ver como as transações econômicas, os encobrimentos da comercialização e as estratégias de vendas e entregas das drogas acontecem. Normalmente os informantes pertencentes as Redes de Bocas ficam nesses locais esperando possíveis clientes para fazerem as vendas, seja por meio de ligações que recebem ou alguém que pega a droga diretamente com ele nesses mesmos locais. Em algumas ocasiões acompanhei um dos informantes dono de uma boca num bar, quando estava com ele o celular dele tocava várias vezes e do outro lado da linha eram clientes buscando fazer as encomendas e, em seguida, o informante ligava para algum subordinado e/ou algum moto-taxista para fazer as entregas dos pedidos.

Quando acompanhei os indivíduos pertencentes às Redes de Empreendedores percebi que a comercialização é bem mais direta, os informantes normalmente recebem a encomenda via celular ou internet por meio de indivíduos que fazem parte de sua rede de amizade e conhecidos e quando

saem para a entrega, feita por eles mesmos, o encontro ocorre também quase sempre em bares e praças.

Nesse sentido, para acompanhar as duas redes de comercialização das drogas as estratégias ainda têm sido construídas de acordo com as possibilidades e as dificuldades encontradas no processo de desenvolvimento da pesquisa. Neste momento estamos na parte mais sistemática de campo, período em que tem se dedicado exclusivamente à coleta de dados e, neste processo, tem-se colocado algumas questões no caderno de campo para refletir sobre os passos e procedimentos que estão sendo adotados para o sucesso da pesquisa e que ajuda a compreender os entraves para a realização deste tipo de estudo em que os sujeitos pesquisados praticam atividades juridicamente e moralmente criminalizados.

## **BIBLIOGRAFIA**

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FARRELL, Jeff & HAMM, Mik. True confessions: crime, deviance and field research. In: Jeff Farrell & Mike Hamm (eds.), **Ethnography at the edge: crime, deviance, and field research**. Boston: Northeastern University Press, 1998.

IRWIN, K.. En el oscuro corazón de la etnografía. Ética y desigualdades en las relaciones íntimas al interior del campo. **Apuntes de Investigación del CECYP**, Norteamérica, 0, jul. 2007. Disponible en: <http://www.apuntescecyp.com.ar/index.php/apuntes/article/view/279>.

Acessado em: 05 jul. 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e LEITE, Márcia. Violência, Crime e Política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Machado da Silva, L.

A. (org.) **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FAPERJ/Nova Fronteira, pp.47-76, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S. and SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cad. Saúde Pública** [online]. 1993, vol.9, n.3 [cited 2013-08-19], pp. 237-248 . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, vol.1, n. 2, 1997, pp.93-116

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003<sup>a</sup>

SAPORI, L. F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. A. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v.05, n.01, p.37-66, 2012

SENA, L.L. Homícidios e Tráfico de Drogas: contribuições da análise de segregação socioespacial. In: **Anais II Simpósio de Ciências Sociais: subalternidades, trânsitos e cenários**, 2011.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O.(org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

WACQUANT, Loïc. **Body and soul: notebooks of an apprentice boxer**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ZALUAR, Alba. **Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais**. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, Oct. 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132009000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200009&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132009000200009>. Acessado em 08 jul. 2012.